



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA



JOÃO PAULO FRANCO DE CAMARGO

**A QUALIFICAÇÃO DOS TREINADORES DE FUTEBOL NO BRASIL:
UM PANORAMA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO**

CAMPINAS
2017

JOÃO PAULO FRANCO DE CAMARGO

A QUALIFICAÇÃO DOS TREINADORES DE FUTEBOL NO BRASIL:
UM PANORAMA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Graduação da Faculdade
de Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Montagner
Coorientador: Prof. Ms. Cesar Viera Marques Filho

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA MONOGRAFIA
DEFENDIDA PELO ALUNO: JOÃO
PAULO FRANCO DE CAMARGO E
ORIENTADO PELO PROF. DR.
PAULO CESAR MONTAGNER.

CAMPINAS
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Andréia da Silva Manzato - CRB 8/7292

C14q Camargo, João Paulo Franco de, 1990-
A qualificação dos treinadores de futebol no Brasil: um panorama dos cursos de formação / João Paulo Franco de Camargo. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Paulo Cesar Montagner.

Coorientador: César Vieira Marques Filho.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Futebol - treinadores. 2. Futebol - Brasil. 3. Formação profissional. 4. CBF Academy. I. Montagner, Paulo Cesar. II. Marques Filho, César Viera. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The qualification of soccer coaches in Brazil: a panorama of training courses

Palavras-chave em inglês:

Soccer - Coaches

Soccer - Brazil

Professional qualification

CBF Academy

Titulação: Bacharel

Banca examinadora:

Leandro de Melo Beneli

Data de entrega do trabalho definitivo: 29-11-2017

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Paulo Cesar Montagner
Orientador

Prof. Ms.Cesar Viera Marques Filho
Coorientador

Prof. Ms. Leandro de Melo Beneli

CAMPINAS
2017

Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente com a minha formação, principalmente a minha mãe, pai, e irmão, pois sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Desde que comecei essa caminhada no ano de 2010, onde me inscrevi no vestibular da Unicamp para uma vaga em Educação Física, e efetivamente como aluno em 2011, já guardava diversos momentos marcantes para poder escrevê-los agora. Porém, posso começar a contar os casos, os momentos marcantes e os ensinamentos que cada um pode me influenciou, posso garantir que não conseguirei lembrar o nome de todas.

Primeiramente, agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Paulo Cesar Montagner, o famoso Cesinha, e o Prof. Ms. Cesar Viera Marques Filho, não somente pela amizade, mas pelas discussões. Obrigado também pelo Prof. Dr. Alcides Scaglia, pelo link realizado para que este processo tivesse sequencia.

A todos os colegas da turma 011 noturno, que foram guerreiros e companheiros neste breve tempo que estudamos e convivemos. Tanto aqueles que ficaram pelo caminho, quanto os que foram rápidos e se formaram antes e também aos que assim como eu, estenderam um pouco mais seu caminho até o nossa graduação.

A todos os funcionários responsáveis pelos cuidados com a instituição, aos professores, PAD's e PED's, dos diferentes institutos da UNICAMP, dos quais tive o contato nas aulas como alunos. Aos que trabalham na saudosa FEF, que sempre estavam lá para nos ajudar, principalmente aos que eu mais requisitei nestes sete anos, não é mesmo Warley, Geraldo Donizete (saudoso Geraldinho), Renata, Andréia, João, Deko (porque se colocar Vanderlei ninguém reconhece), Beeroth...

Aos moradores da saudosa Republica Inferno, na qual me aceitaram em algumas oportunidades como morador esporádico de três semestres e me ajudaram a cumprir esta minha missão na graduação da FEF.

A todos os times dos quais eu pude participar como representante da FEF, aos meus “parças” das quadras de vôlei e de futsal, e em especial ao dos gramados do futebol de campo (Campeão da Copa AABB 2011, com direito a ser o goleiro menos vazado, Campeão das Olimpíadas da Unicamp 2011). Meu obrigado pelos títulos que conquistamos e pelas derrotas que tivemos, pois foram importantes para nosso crescimento e formação como equipe.

As gestões das quais pude fazer parte. Tanto da Associação Atlética Acadêmica Asdrúbal Ferreira Batista, a famosa e famigerada AAAAFB (2011-2013), quanto da primeira Empresa Júnior de Educação Física do mundo, a Tempo Lúdico Empresa Júnior (2011 – 2014 e 2016). Locais estes que me ensinaram e me ajudaram a trilhar este novo rumo, de inúmeros possíveis, na Educação Física.

Also an international thanks to my friends, colleagues, professors, support staff that made my journey in both USA Universities (Salem State University and University of Miami) as challenge and pleasant as it could be (E também queria agradecer aos meus amigos, colegas, professores, entre outros que fizeram parte desta minha jornada nas duas universidades dos Estados Unidos (Universidade de Miami e na Universidade Estadual de Salem), fazendo com que elas fossem tão desafiadoras e agradáveis como foram).

As minhas duas famílias, de Miami e Salem, que segundo a probabilidade matemática, jamais seria possíveis de acontecer, mas que aconteceu. Saibam que sem aquele suporte mútuo que tivemos aquela jornada não teria sido a mesma.

Aos colegas que me deram a oportunidade de demonstrar e confiar meu trabalho. Obrigado Henrique Daimond Gomes, Fabio Moraes, Renato Almeida, Murilo Nascimento, Prof. Mauricio Marques, Prof. Osvaldo Torres, Elaine Lemos, todos os professores, alunos, colegas e funcionários das CBF, Federações e clubes, das quais tive a oportunidade de conhecer, trabalhar e principalmente continuar sempre aprendendo mais e mais sobre este GIGANTESCO mundo do FUTEBOL.

Aos familiares mais próximos, aos amigos pessoais e em especial a Tatiana, que me aguentaram e me deram suporte principalmente neste ultimo período, pois eu sei que não sou e que não foi nada fácil.

E como diz o ditado, os últimos serão os primeiros. E isso sempre será verdade. Agradeço imensamente pela minha família, que sempre foi e sempre virá em primeiro lugar. Ao Senhor Paulo, a Senhora Cristina e ao meu brother Luis Pedro, meu muito obrigado a vocês!

RESUMO

Este estudo monográfico tem como proposta uma análise introdutória sobre como é realizada a formação de treinadores de futebol no Brasil. Amparado por abordagens históricas introdutórias, buscou-se entender as mudanças que ocorreram no esporte moderno do século XVIII até o Esporte contemporâneo do século XX, através de fatores que influenciaram o surgimento de áreas como gestão do esporte e do treinador. A partir deste entendimento teórico e conceitual e pautando sobre o viés do treinador, procurou entender como ocorre a qualificação do treinador de futebol no Brasil e em outros locais, como exemplo, no continente europeu e asiático correlacionando-as com os dados do panorama nacional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental bibliográfica de nível exploratório e análise documental referente ao tema da formação de treinadores, assuntos prioritários abordados no presente estudo. Ao conhecer este ambiente nacionalmente, concluiu-se que existem pontos desfavoráveis para a área, como exemplo, a remuneração salarial e os altos custos dos cursos de qualificação. No entanto, também existem pontos favoráveis, como é o caso da legislação brasileira específica para os treinadores de futebol e melhorias para a classe por meio do seguro promovido pela CBF. Além disso, a comparação de regimentos específicos entre a região asiática, europeia e sul americana, relatados na convenção de cada uma delas. A CBF Academy segue proposta da CONMEBOL para a qualificação, e que esta qualificação promovida no Brasil supera a carga horária da maioria dos cursos promovidos pelas instituições formadoras europeias e asiáticas.

Palavras-chaves: formação de treinador, futebol, Brasil, CBF Academy.

ABSTRACT

This study proposes an introductory analysis how is implemented the soccer coaches' qualification in Brazil. Based on an historical introductory approach, has sought out to understand the changes occurred during the modern sport from the eighteenth century to the contemporary sport of the twentieth century, supported by factors that influenced some areas, such as sports management and the coach. Supported by these theoretical and conceptual factors, focusing on the coaches' efficiency and the sport development, it investigates how is the qualification of the soccer coach in Brazil and in other places, as an example, in the European and Asian continent correlates with the data of the national panorama overview. Therefore, a bibliographic documentary research was executed in its exploratory level and documental analysis, relating to the training of coaches, one of the subjects studied in the present study. As far as knows this environment nationally, it was concluded that there are unfavorable points for the area, as an example, the salary remuneration and the high costs of the qualification courses. However, there are also favorable points, such as the specific Brazilian legislation for soccer coaches and some improvements promoted by CBF for the working class through, like the insurance. In addition, the comparison between the Asian, European and South American regions' regiments, showed on their coaches convention. CBF Academy follows CONMEBOL's proposal qualifications and its qualification promoted in Brazil surpasses the hours of most courses promoted by European and Asian training institutions.

Keywords: coach's qualification, soccer, Brazil, CBF Academy.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Modelo SPLISS: Nove pilares determinantes para que se atinja o sucesso no esporte Internacional. Fonte: Mazzei et al. (2015)..... 30
- Figura 2:** Ilustração mapa dos Brasil relacionando o tamanho dos estados brasileiros e distrito federal com o tamanho de outros países do mundo..... 45
- Figura 3:** Calendário dos cursos promovidos pela CBF Academy no ano de 2017..... 46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação da quantidade mínima de horas das licenças entre as Confederações Continentais e o Brasil.	43
Tabela 2: Dimensão dos estados brasileiros e do distrito federal com o de outros países.	44
Tabela 3: Valores das licenças de treinadores no Brasil.	46
Tabela 4: Quantidade de jogadores registrados no sistema da CBF e o valor de seus salários.	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das informações da Convenção da licença de treinadores da AFC.	40
Quadro 2: Resumo das informações da Convenção da licença de treinadores da UEFA	41
Quadro 3: Quantidade de horas da Convenção da licença de treinadores da CONMEBOL	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FIFA	Fédération Internationale de Football Association
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
UEFA	Union of European Football Associations
AFC	Confederação Asiática de Futebol
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
CREF	Conselho Regional de Educação Física
SPLISS	Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success
FGV	Fundação Getulio Vargas
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1. Apresentação do tema	15
1.2. Justificativa	18
1.3. Objetivos	19
1.4. Metodologia	19
2. ABODAGENS INTRODUTÓRIAS	21
2.1. Sobre o esporte moderno e o esporte contemporâneo.....	21
2.2. Sobre a gestão do esporte e o treinador esportivo	25
3. QUALIFICAÇÃO DO TREINADOR DE FUTEBOL	32
3.1. A qualificação básica dos profissionais no Brasil.....	32
3.2. O histórico da formação de treinadores de futebol.....	34
3.3. As Licenças de treinadores de futebol	37
3.4. As convenções das confederações	38
3.4.1. Confederação Asiática de Futebol (AFC)	39
3.4.2. Union of European Football Associations (UEFA).....	40
3.4.3. Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL).....	41
3.5. A validação das licenças internacionalmente.....	42
3.6. Discussão acerca dos cursos da CBF Academy	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

O desenvolvimento esportivo perpassa por uma série de contextos, desde ambientes formativos até o alto rendimento (MESQUITA et al., 2014). Dessa forma, a gestão esportiva surge como aspecto essencial para qualificar as instituições que trabalham diretamente com esporte (MAZZEI; BASTOS, 2012). Existe uma série de pontos possíveis para serem explorados por esta gestão, como por exemplo, a qualificação técnica dos profissionais, os locais para práticas, incentivos financeiros, o tipo de marketing empregado, quais as competições que existem, entre tantas outras (FIGUERÔA; MEZZADRI; MORAES E SILVA, 2013).

De acordo com De Bosscher et al. (2010), para mensurar a qualificação de uma entidade esportiva, independente da modalidade que representa, é necessário conhecer todas as áreas que o envolve. E para que isso ocorra, este modelo¹ fundamenta-se sobre nove pilares, sendo eles: 1) O suporte financeiro para o esporte; 2) A base processual de como o país se estrutura, determina e desenvolve os objetivos e políticas esportivas; 3) Participação cultural e esportiva da população; 4) Os procedimentos de seleção e promoção de talentos esportivos; 5) Apoio financeiro para atletas e a preocupação com a transição para aposentadoria; 6) Instalações esportivas para treinamento; 7) Suporte e desenvolvimento dos treinadores; 8) As competições nacionais e internacionais; 9) Divulgação e contribuição da ciência para o esporte de alto rendimento. Dos quais permitem retirar informações para que se avalie a gestão e o desenvolvimento deste esporte no país.

Apesar deste modelo² de pesquisa ser elaborado por meio de questionários para conhecer esta qualificação e demonstrar os resultados em um gráfico de radar, o presente estudo baseou-se no pilar de número sete, por enquadrar o treinador esportivo como peça importante para a gestão. Uma vez que se caracteriza como figura crucial ao

¹ O modelo de qualificação citado é o proposto no Programa SPLISS, que será discutido no decorrer deste estudo.

² Idem a nota de rodapé de número 1.

processo, possuindo e executando funções de diferentes áreas, como propõe Bento (2013, p.183):

[...] Preparar e avaliar as competições, planejar, realizar e analisar o processo de treino, orientar e coordenar uma equipa de especialistas em vários assuntos, lidar com os atletas e com os seus problemas (o que coloca subidas exigências do foro psicológico e pedagógico), prestar contas à instituição, cuidar da sua imagem, relacionar-se com os jornalistas e com o público, dar entrevistas etc. Ou seja, treinar envolve muito mais tarefas do que as paralelas ao treino, mas são necessárias e imprescindíveis à realização qualificada desse processo.

Sendo assim, percebe-se que a atividade de treinador não atende apenas em uma única forma, mas sim de múltiplas maneiras, exigindo alta complexidade e sensibilidade para poder permear e administrar situações que demandam relações de poder (POTRAC; JONES; ARMOUR, 2002; MARTENS, 2012), neste caso, refere ao coaching esportivo: atividade desempenhada pelo treinador, contendo um vínculo essencialmente pedagógico e social requerendo pluralidade dos conhecimentos em determinada modalidade. (MESQUITA et al., 2012; MESQUITA, 2013).

Porém, tudo que remete a profissão deve ser embasado por algum regimento que limita os espaços de atuação da mesma. No caso brasileiro, antes mesmo da profissão de treinador de futebol ser regulamentada vieram alguns Decretos Leis que regeram as modalidades esportivas, iniciada pelo Decreto Lei nº 3.199/41, que foi uma das pioneiras a propor a organização de maneira vertical a respeito da administração desportiva no Brasil, na qual criava o Conselho Nacional de Desporto, ao mesmo tempo em que instituiu a Confederação Brasileira de Desporto. Tal organização foi desmembrada tempos mais tarde dando origem às confederações esportivas específicas de cada modalidade, das quais uma delas era a CBF (BRASIL, 1941).

Um tempo mais tarde, a Lei nº 6.354/76, conhecida como Lei do Passe, dava reconhecimento à profissão do atleta. Com ela foi possível garantir alguns benefícios trabalhistas como qualquer outro profissional (BRASIL, 1976). No entanto, para alguns, esta lei era tida como a última forma de escravização, ao se interpretar o texto da lei quanto ao significado de passe, que segundo o art. 11º da Lei nº 6.354/76, conforme propôs Luiz Felipe Santoro (2007) era “[...] a importância devida por um

empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes.”

No entanto, foi a Lei nº 9.615/98, conhecida nacionalmente como Lei Pelé e considerada por alguns como marco no sistema esportivo do Brasil, que reformulou pontos cruciais de leis que foram revogadas, como a Lei Zico (Lei nº 8.672/93) e a Lei do Passe (BRASIL, 1998). Esta alteração trouxe para a comunidade esportista alguns direitos como a extinção do passe, fazendo com que os atletas fossem enquadrados na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), onde o vínculo empregatício com o clube não era mais de forma permanente, mas seria finalizado quando o contrato se encerrasse, além de propor transformações das quais os clubes deveriam se enquadrar como empresas (ALMEIDA, 2007).

Na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” desde que, conforme o inciso XIII, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, **atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer**”. (BRASIL, 1988, grifo meu). Ou seja, faltava uma lei para regulamentar a profissão dos outros profissionais envolvidos no futebol, de maneira mais específica, e não mais importante a de treinador de futebol.

A regulamentação da profissão de treinador de futebol é determinada pela Lei nº 8.650/93 que diz em seu Art. 3º “O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado **preferencialmente**” (BRASIL, 1993, grifo meu). Tal regimento foi debatido recentemente no país, pois havia dois lados que buscavam o reconhecimento e o controle sobre a área. De um lado estavam as instituições regulamentadoras à profissão de Educação Física - como é o caso em nível estadual dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREF) - e do outro, as instituições sindicais das quais representavam os treinadores - que de modo recorrente são ex-atletas, dos quais tentam permanecer no meio do futebol como treinador, devido sua experiência - porém não graduados em Educação Física. (UNIVERSIDADE DO FUTEBOL, 2012).

Foi justamente a expressão “preferencialmente” que auxiliou o Superior Tribunal de Justiça a decidir em abril de 2017, que para ser treinador de futebol, não havia a necessidade de ser formado em Educação Física, e por consequência, não teria necessidade de ser fiscalizado pelo CREF (BRASIL, 2017). Com o delineamento do

treinador esportivo como profissão, surge a exigência do Bacharelado em Educação Física para exercê-la, conforme a Lei 9696/1998, com exceção do futebol, no qual não é necessário o grau acadêmico devido a regulamentos específicos do esporte (GALATTI et al., 2016).

Desta forma, mais especificamente na modalidade do futebol masculino principal, na qual o Brasil é o maior campeão mundial tendo conquistado cinco títulos (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002), ainda existem muita dúvida quando o assunto é sobre a qualificação dos treinadores brasileiros. Apesar de todas as possibilidades demonstradas, e dadas as atuais circunstâncias e proporções que a figura do técnico de futebol no Brasil tem passado - principalmente após a derrota da seleção brasileira para a seleção da Alemanha na Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino do ano de 2014 – em que se criticou a classe sobre o seu estado de atualização profissional, acredita-se que este se torna o tema a ser pesquisado.

1.2. Justificativa

O tema de gestão esportiva esteve presente em várias oportunidades na jornada de aluno universitário da Faculdade de Educação Física da Unicamp, desde disciplinas obrigatórias, eletivas, ou até mesmo fazendo parte e trabalhando em organizações estudantis como a Empresa Júnior Tempo Lúdico e a AAAAFB. Nelas, foi possível ter os primeiros contatos com o sistema gerencial esportivo universitário de duas, das três instituições fomentadas e construídas pelos alunos deste curso, das quais cada uma das instituições demandava uma especificidade diferente. No entanto, ao conhecer novas possibilidades de gestão foram possíveis através de um intercâmbio de mais de 16 meses nos Estados Unidos da América do Norte e de trabalhar com a gestão de cursos de profissionalização para treinadores atuantes em escolas de futebol, categorias de base, futebol profissional em nível nacional e internacional ligados à CBF Academy.

Foi a partir deste ultimo evento, que fez querer buscar mais conhecimento sobre este ambiente. Portanto, se faz necessário identificar os elementos e as características das propostas existentes da gestão esportiva no Brasil com relação aos

curso de qualificação de treinadores da modalidade do futebol de campo, sendo estes reconhecidos tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

1.3. Objetivos

De forma geral, o objetivo deste trabalho é discutir introdutoriamente sobre os cursos de qualificação dos treinadores de futebol brasileiro a partir dos cursos de formação. Ainda assim, alguns outros temas podem estar presentes neste trabalho pela importância do treinador de futebol no contexto esportivo. Com isso, a busca na relação de valores que possam demonstrar como são estes cursos de formação de treinadores das confederações continentais em relação aos oferecidos no Brasil.

1.4. Metodologia

A pesquisa, de cunho teórico, se desenvolve em caráter qualitativo. A apresentação dos dados, por vezes, vem exposta em formato de tabelas e quadros, salientando alguns aspectos quantitativos, entretanto toda a discussão destes dados foi construída por uma perspectiva qualitativa (JOHNSON; ONWUEBUZIE, 2014; PARANHOS et al., 2016).

A partir do levantamento de dados, foi realizada uma apresentação sobre o que é o esporte sob o viés sociológico, abordando o processo de desnaturalização³ que ocorreu na sociedade, a fim de compreender quais são as bases estruturais e conceituais que esporte obtém durante a sua formação e a sua relação com a gestão esportiva. Posteriormente, baseando-se no pilar de número sete do Programa SPLISS, que diz respeito ao suporte e desenvolvimento dos treinadores, foi realizada uma discussão acerca dos dados encontrados sobre o tema de treinadores de futebol no Brasil e em outros países buscando observar possibilidades de melhoria para a área. Culminando, então, na contextualização dos cursos de formação de treinadores de futebol no Brasil.

³ O termo desnaturalização foi empregado no sentido de mostrar que as relações sociais e decisões tomadas no cotidiano, mesmo que pareçam óbvias, estão em constante mudança e são construções obtidas a partir de processos históricos.

Os Instrumentos utilizados foi o de técnica da pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2008), na qual foi realizada uma busca em bases de dados a partir das seguintes palavras-chave combinadas: gestão do esporte, formação de treinador, treinador de futebol. De acordo com Mattos, Rosseto Jr. e Blecher (2004), o método de pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas e/ou revisão de literatura de obras e documentos que se relacionam com o tema pesquisado.

Também foi realizada uma análise documental, com base em Pimentel (2001), verificando ementas, planos de aulas, missão, visão e valor da instituição, custos e quantidade de cursos promovidos acerca dos cursos de formação de treinador de futebol disponíveis nos sites oficiais das confederações continentais.

Além disso, devido a abrangência da temática, foram utilizadas o procedimento técnico da revisão de literatura narrativa, que proporciona um contexto amplo e subjetivo de coleta de dados e seleção de material a partir das demandas do autor e das características da pesquisa, não sendo necessário um recorte pré-estabelecido para as bases de dados pesquisadas (BERNARDO; NOBRE; JATENE, 2004).

2. ABODAGENS INTRODUTÓRIAS

2.1. Sobre o esporte moderno e o esporte contemporâneo

O processo histórico que envolve a gestão do esporte e os processos de profissionalização técnica do futebol faz-se necessária primeiramente quanto a compreensão do que é o esporte e seu comportamento na era moderna e na era contemporânea, sendo possível perceber e descrever por meio de suas implicações tais acontecimentos que ocorrem no campo esportivo. Assim, Proni (1998) aponta que a história esportiva não é passível de compreensão a partir da perspectiva de uma simples sucessão de eventos, mas como um movimento estrutural referente às transformações das forças e elementos que compõem o campo esportivo.

No entanto, o esporte considerado moderno iniciou-se paralelamente a Revolução Industrial no século XVII, na Inglaterra. Proni (1998) expõe, a partir da contextualização de pesquisadores renomados como Norbert Elias, Allen Guttmann, Richard Mandell e Eric Dunning, que o ideal não esteja fortemente relacionado com o renascimento das tradições da antiguidade Grega ou romana, mas sim que este processo de esportivização está relacionado com o esforço físico promovido e praticado por meio de atividades de cunho lúdico. Ainda, acrescenta que o conceito utilizado para descrever o esporte moderno atualmente, tem sua origem e seu desenvolvido na Grã-Bretanha, mais especificamente no Reino Unido do Século XVII e XVIII.

[...] conceito moderno de esporte, para Mandell, formou-se [...] com os desejos de diversão ou de ostentação das novas e ambiciosas classes sociais, e só depois disso espalhou-se pela América e por outros países da Europa. A Inglaterra é considerada como a pátria do esporte moderno não apenas porque os ingleses inventaram ou regulamentaram boa parte das modalidades esportivas hoje praticadas; é assim considerada também por ter introduzido uma série de inovações que mudaram a feição dos jogos e competições atléticas. (PRONI, 1998, p.30).

No entanto, apesar de ser empregada à Grã-Bretanha, a origem e o conceito da palavra esporte tem sua fundamentação em outro local. De acordo com o sociólogo inglês,

A palavra *sport* descende, na verdade, de um termo anglo-francês, *desporter*. Não podemos esquecer que a Inglaterra foi governada por uma classe dirigente militar franco-normanda por cerca de dois séculos após a Conquista Normanda, em 1066. *Desporter* significava “distrair-se” ou “deixar-se levar pelo prazer e pelo deleite” e, tendo passado pela forma transitória *dis-port* ou *disport*, finalmente se tornou *sport*, no sentido moderno que conhecemos, nos séculos XVII e XVIII. De fato, começou a ser usada por representante da aristocracia e da pequena nobreza britânicas como um substantivo que se referia a quatro atividades específicas: corridas de cavalos, críquete, boxe e caça à raposa. [...] A palavra emergiu, portanto, como um termo genérico que cobria toda uma série de atividades de lazer e esse permanece entre seus sentidos ainda hoje. (DUNNING, 2014, p.171)

Neste momento da história, em meados do século XVIII, a Inglaterra passava por momentos de transição, deixando de ser manual e passando a ser industrial. Juntamente com estes ideais advindos pela proposta da Revolução Industrial, o conceito de esporte também foi passível de influencia deste processo e se revolucionaria, onde o lazer e suas atividades deixariam de ser algo meramente para “passar o tempo”, e tornar-se-ia algo mais civilizado, não apenas a prática, mas todo o espaço que envolvia o esporte.

Pensando desta maneira, de acordo com Norbert Elias, este espaço esportivo é identificado e classificado por ele como *habitus*⁴, que por sua vez é decorrente do processo civilizador, proposto pelo mesmo autor, na qual nada mais é que o processo de transformação da sociedade de acordo com os moldes da sociedade que detinha o poder e governava as classes menos favorecidas, impondo-as seus costumes. Portanto, de acordo com o que sugere Proni (1998, p.43),

[...] a gênese do esporte moderno, para Elias, está associada a um processo mais geral de transformação sociocultural, que abrange simultaneamente mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos, nos estilos de vida e nas relações sociais tecidas no âmbito do trabalho, do lazer, dos negócios, da política etc. [...] A propensão a civilizar as competições físicas tradicionais e esportivizar os passatempos das classes "guerreiras" tornou-se, assim, muito bem-sucedida.

Todavia, apesar da revolução industrial ter sido um processo importante para a sociedade em geral, ela não pode a única responsável por isso, uma vez que tal

⁴ Conceito proposto por Norbert Elias em de 1994, e segundo Dendasck e Lopes (2016) “investiga o surgimento do *habitus* comum aos indivíduos da sociedade moderna e contemporânea, [...] demonstrando como através do imperialismo europeu o modelo de vida deste continente passou a ser imposto. Esta imposição ocorre sobre o próprio *habitus* dos indivíduos”.

movimento que efervescia necessitava cada vez mais de uma interdependência, tendo que modelar seus comportamentos conforme as exigências da sociedade (MARCHI JUNIOR; FERREIRA, 2009).

Ao mesmo tempo em que toda esta mudança acontecia na sociedade trabalhadora inglesa, o mesmo era observado em organizações denominadas de clubes, das quais detinham modalidades esportivas que eram apoiados sobre alguns pilares como o cavalheirismo, o fair-play, e respeito ao adversário, incentivaram o Barão Pierre de Coubertin a resgatar a essência de paz no esporte, observado no ideal olímpico (TUBINO, 1987).

Diferentemente do que o senso comum prega, na qual o esporte moderno⁵ (neste caso, leia-se Jogos Olímpicos) em seu formato atual, é representado por meio de jogos, sendo eles uma releitura do que ocorria na Grécia Antiga e/ou em Roma. E este formato de jogo de hoje, fora reavaliados e reestruturado por Pierre de Coubertin, que propunha,

[...] o ideal olímpico com a certeza de que o esporte serviria para as finalidades da paz [...] criou o seu organismo internacional mais importante, o Comitê Olímpico Internacional (COI), que ficou encarregado de desenvolver o olimpismo como movimento filosófico do esporte, e a promover as Olimpíadas de quatro em quatro anos, sem dúvida a celebração máxima do esporte mundial, e consolidação do fenômeno esportivo na sua manifestação de maior nível técnico. (TUBINO, 1987, p.25)

Fica claro, com estas explicações que a iniciativa proposta por Coubertin alterou gradativamente o rumo de como o esporte era visto na modernidade e como passou a ser visto na contemporaneidade, na qual incluiu normas e regras, propôs novas formas esportivas e principalmente modificando o modelo de como as sociedades interagiam entre si nas esferas político-sócio-econômico, conforme demonstrado por Marques et al. (2009, p.2),

Essa transformação não se deu como uma ruptura pontual seguida do surgimento de um fenômeno totalmente novo, como no século XIX (período de surgimento do esporte moderno a partir da transformação e racionalização

⁵ Classificado por Tubino (1987, p.23), o esporte moderno tem “suas características, de organização por unidades sociais específicas denominadas clubes, de regulamentações e codificações que facilitaram a internacionalização das modalidades esportivas, e, ainda, a exaltação da conduta esportiva sintetizada na expressão “fair play”, a qual compreende o cavalheirismo, o respeito ao adversário, a aceitação da derrota, a colaboração em equipe e muitas outras virtudes”.

de jogos populares, gerando o fenômeno esportivo), mas resultou de adaptações do fenômeno moderno a novas configurações sociais, gerando um objeto diferente, o esporte contemporâneo.

O esporte moderno chega ao Brasil em meados do século XIX, concomitantemente ao período em que a família real portuguesa veio para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte que percorria a Europa em busca de novos territórios. Esta vinda ao Brasil só foi possível através da escolta de navios ingleses, fazendo com que a corte chegasse ao seu destino sem problemas com tropas e navios inimigos. Uma vez em terra firme novamente, a corte portuguesa abriu os portos das terras sul americanas para as nações amigas, neste caso o Reino Unido. Após esta abertura, foi que modalidades esportivas vindas da Europa instalaram-se no Rio de Janeiro. Como cita Janetti (2008, p.21), “[...] com o início da ginástica, natação, equitação e dança no conteúdo de ensino das escolas [...] os primeiros clubes [...] surgiram para atender à demanda da prática do remo, como o caso do Flamengo e do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro”.

O processo de transformação do esporte moderno para contemporâneo ocorreu de forma gradativa. No entanto, a sua transformação foi alterada no período pós-segunda guerra mundial, mas precisamente durante o período da Guerra Fria (entre os anos de 1947 a 1991), onde as competições esportivas, mais precisamente as de cunho Olímpico, serviriam para que os líderes dos governos usassem o esporte como ferramenta de poder, a fim de transmitir e reafirmar os seus ideais, por meio das medalhas ganhas por seus atletas. Dentre os exemplos de situações de poder, os casos do boicote por parte do bloco capitalista (liderado pelos Estados Unidos da América) aos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980, e em resposta ao ocorrido anteriormente, o boicote por parte do bloco socialista (liderado pela União Soviética) aos Jogos Olímpicos de Los Angeles de 1984. Não que na era moderna isso não acontecesse, mas é que a frequência dos acontecimentos e os desencadeamentos das situações eram menores.

Embora o esporte contemporâneo tenha precedentes no esporte moderno, ma sua principal característica foi o processo de mercantilização de algumas práticas esportivas presentes nos eventos de grande exposição, o que gerou o consumo deste modelo esportivo. Com isso, os Estados poderiam proporcionar a sua perpetuação no poder favorecido pelo processo de transição, onde o esporte segundo Marques et al.

(2009) ganhou notoriedade política, com a possibilidade de enfrentar outros países, passando a requerer assim performance⁶.

Tal apropriação é defendida pelos Estados, pois criam um mundo isolado, contém regras universais e de fácil compreensão, apresenta resultados instantâneos, permite que as pessoas se identifiquem de forma coletiva (ao serem representados e demonstrarem rendimentos de sucesso como a de uma nação) e por refletir o ideal e os valores existentes na comunidade (BRACHT, 1997).

Logo, é a partir deste aumento pela procura do consumo esportivo, incentivado por meio da mercantilização do esporte que era envolto por hábitos e práticas simbólicas, o tornou mais atrativo (PRONI, 1998). Com isso, investimentos começaram a vir não somente de organizações públicas, como também das privadas, a fim de abocanhar parte deste mercado que se tornava crescente e atraente. É a partir daí que a necessidade de torná-lo profissional justifica-se.

2.2. Sobre a gestão do esporte e o treinador esportivo

Devido às transformações ocorridas que resultaram na transição do moderno para o esporte contemporâneo, influenciados por regimentos advindos do sistema capitalista de organizar negócios, passa a fazer parte do sistema esportivo, pois conforme releitura segundo Proni (1998, p.47), Bourdieu acredita que “o campo das práticas esportivas [...] é permeável à influência de tendências mais gerais, [...] referentes à dinâmica econômica, ao ambiente político ou aos movimentos culturais - com a condição de que essa influência não deve ser entendida mecanicamente”. Logo, é a partir de então que esta forma de organização, influenciada por meio de contextos políticos, econômicos e sociais no país, oriundos de correntes influenciadoras de propostas internas e externas, começa a ditar o esporte.

Dentre todos os adventos influenciadores na transição para o momento contemporâneo do esporte. Pode-se dizer que um dos pontos principais foi fato de a gestão das modalidades esportivas deixarem de ser realizadas apenas pela prática e passarem a terem valores simbólicos explorados pelas organizações e até mesmo pelos

⁶ Fazendo uma analogia, esta performance era esperada tal qual a de um soldados que era responsável pela defesa de seu território das invasões inimigas.

estados, uma vez que existia toda esta necessidade de impor o poder perante as outras nações, com isso, muitos países começaram a investir em formas de melhorar não somente os atletas, como também toda a organização para que este conseguisse alcançar resultados expressivos em suas competições.

Para que esta melhora ocorresse, foi necessária a formação e a capacitação das pessoas para as mais distintas posições, neste novo cenário e que de alguma forma eles iriam se relacionar novamente. Estas novas posições foram dos gestores das modalidades esportivas, dos treinadores, etc.

O fato de ambiente esportivo ser influenciado por forças externas, na qual visava melhores resultados esportivos das equipes e dos atletas de alto rendimento em suas diversas modalidades esportivas. Neste primeiro momento, eles passaram a ser coordenadas pelo treinador, aparecendo como solução para conseguir tais melhoras. Posteriormente, agrega outras áreas essenciais formando uma comissão de especialistas, uma vez que cada detalhe era importante e fazia diferença (TUBINO; MOREIRA, 2003). De acordo com Bento (2013), foi a partir deste momento, que a figura do treinador e desta equipe, se tornou imprescindíveis desde a metade do século XX.

Por sua vez, o esporte passa a ser uma ramificação das competições de ordem política, militar e econômica entre os Estados. Por isso, esta equipe técnica deveria extrair o melhor resultado, como se fossem mercadorias, para que esses líderes nacionais pudessem utilizar esta mercantilização dos resultados e desempenho dos atletas a favor da demonstração de poder perante outros países. Juntamente com isso a massificação e a espetacularização do esporte ampliam as formas de agir perante o mercado, podendo vender a cultura popular mais um produto/objeto, o esporte como espetáculo (PRONI, 1998; MARQUES et al., 2009).

Ao mesmo tempo em que a necessidade de rendimento pairava sobre os treinadores, comissões e atletas, a mesma necessidade de transformação em busca de melhores resultados ocorreu com a Gestão do esporte, por meio da profissionalização acadêmica destes profissionais. Conforme Chelladurai (2009, apud ROCHA; BASTOS, 2011, p.91), data-se que “os primeiros programas acadêmicos de “Sport Management” foram criados nos Estados Unidos, no final da década de 60, para atender demandas do esporte profissional e universitário americano”. Tal curso teve seu primeiro programa originado na Ohio University nos Estados Unidos, tendo incentivado mais de 200

instituições universitárias no mesmo país a disponibilizarem o curso de Gestão do Esporte em sua grade curricular (PITTS, 2001; BASTOS, 2003; MAZZEI; AMAYA; BASTOS, 2013). Segundo apresenta Rocha e Bastos (2011, p.93), “O termo mais usado em inglês para designar a área em discussão é “Sport Management”. A tradução livre de “management” é gestão. Assim, em português, tem-se preferido chamar esta área acadêmica de gestão do esporte”.

No Brasil, a literatura mostra que no início do século XX, a Associação Cristã de Moços – ACM dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul já praticava a administração de entidades esportivas. E anos mais tarde, no final da década de 20, a Escola de Educação Física do Exército abordou mais amplamente a organização de competições e a gestão de instalações esportivas (NOLASCO et al., 2005).

Apesar disso, esta área de formação deu início em meados dos anos 1980, com a introdução da disciplina no curso de mestrado em educação física da Universidade Gama Filho através do curso de administração do esporte (ROCHA; BASTOS, 2011). Desde então, a área começou a fazer parte de alguns currículos de formação de universidades públicas e particulares pelo Brasil através do curso de Educação Física, principalmente por haver similaridades quanto ao conteúdo propostos (NOLASCO et al., 2005).

No entanto, apesar desta inserção no meio acadêmico, por ser uma nova área de estudo, e não pertencente a um nicho específico onde poderia fazer parte. A busca por uma identidade a fim de rotular causa um equívoco quanto a sua nomenclatura, sendo possível encontrar termos como gestão, administração e marketing esportivo sendo usadas como sinônimos para significar a área e as suas ações.

Infelizmente, os seus significados não são necessariamente iguais. O termo administração esportiva aparece em alguns estudos como sinônimo, e segundo Vieira e Stucchi (2007, p.115), estes erros de denominação podem ter precedentes por serem “[...] utilizadas concomitantemente, já que esses termos variam de acordo com o país, e a teoria administrativa escolhida”. Para Bastos (2003, p. 296) A área de Administração Esportiva engloba:

“[...] a aplicação dos conceitos e teorias gerais da Administração ao Esporte e aos diferentes papéis que ele desempenha na sociedade contemporânea. Seu

estudo engloba conhecimentos multidisciplinares, e passou a ser divulgado com maior consistência [...] pela abrangência que o esporte tem no contexto social dos dias de hoje, estão também envolvidos, de maneira geral, além dos conceitos e teorias da Administração, conhecimentos relativos a Economia, Marketing, Legislação e Política”.

Quanto ao termo marketing esportivo, é possível observar que no Brasil ainda é comum este tipo de erro ao relacionar o conceito de gestão do esporte como equivalente para o marketing esportivo. Ainda assim, no estudo de Rocha e Bastos (2011, p. 94), os autores destacam que o provável erro ocorre pelo fato das “[...] atividades de “marketing” representam apenas uma parte das tarefas de um gestor” enquanto a “Gestão envolve a coordenação das atividades de produção e “marketing””.

No entanto, para outros autores, o conceito de gestão do esporte é proposto de outra forma. Segundo Nolasco et al. (2005, p. 760) define o termo gestão do esporte como:

“[...] organização e direção racional e sistemática de atividades esportivas e físicas em geral e/ou de entidades e grupos que fazem acontecer estas atividades quer orientadas para competições de alto nível ou participação popular ocasional ou regular, e práticas de lazer e de saúde”.

Logo, para este estudo irá adotar o significado de gestão do esporte como propõe Nolasco et al. (2005) ao relacionar tal área com pessoas que são orientadas e fazem acontecer atividades esportivas, ou seja, no âmbito do futebol, é onde se encaixa o treinador/técnico de futebol.

Com base na literatura, um dos modelos de gestão do esporte na qual o técnico de futebol se enquadra como um dos pilares é a proposta pelo *SPLISS Project*, que propõe a investigação abrangente na busca de entender todos os processos envolvidos da gestão de uma determinada modalidade esportiva através de inventários para cada pilar e divididos em três níveis: dirigentes, técnicos e atletas.

A palavra SPLISS é o acrônimo para *Sports Policy Factors Leading to International Sporting Success*⁷, na qual é um modelo que tem a sua base sobre nove pilares, onde cada pilar possui indicadores, que, por sua vez, detém fatores críticos de

⁷ Tradução para “Comparação Internacional das Políticas para o Esporte de Alto Rendimento”. Quanto ao critério da metodologia utilizada, Mazzei (2016) relata que faz parte de um modelo do consórcio que mensura os fatores políticos-esportivos relacionados ao sucesso esportivo internacional, resultado do conjunto de pesquisadores que desenvolveram tal modelo.

sucesso, que permite que seja realizada a comparação de políticas esportivas de alto desempenho entre diferentes países (DE BOSSCHER et al., 2009; MAZZEI et al., 2015; MAZZEI, 2016). Tais pilares são:

- 1º: Aborda sobre o aporte financeiro destinado para o esporte e para o esporte de alto rendimento.
- 2º: É considerada a base do processo. Trabalha para saber como o país organiza sua estrutura, desenvolve as políticas e determina seus objetivos.
- 3º: Trata da cultural e da participação esportiva de sua população.
- 4º: Observa se existem processos de detecção, seleção e promoção dos talentos esportivos, dos quais serão os melhores atletas no futuro.
- 5º: Observa como se dá o suporte financeiro aos atletas, de uma forma integral, proporcionando condições de treinamento, transição para o fim de carreira de atleta e a continuidade de sua vida pessoal/profissional.
- 6º: Busca entender como são as instalações esportivas para a prática e treinamento.
- 7º: Aborda o tipo de suporte e desenvolvimento para os técnicos e treinadores.
- 8º: Refere aos tipos de competições e os níveis nacionais e internacionais.
- 9º: Preocupa-se com a comunidade científica contribui para o Esporte de alto rendimento e as suas respectivas disseminações das informações.

A imagem mostra como seria a interação destes pilares. Os órgãos governamentais nacionais dariam o suporte necessário para a sombra da base e para o topo deste modelo. A sombra da base é composta pelo apoio financeiro e pelas políticas governamentais, servindo de amparo para que a base, responsável pela formação e participação estejam solidas e consigam sustentar os próximos pilares, no qual perpassam por todo o processo, até chegar ao estreito topo das elites esportivas.

De todos estes processos, pode-se dizer que o pilar de identificação e desenvolvimento do talento depende de outros quatro processos para poder ajudar a chegar ao topo, como as instalações de treinamento, o desenvolvimento e qualificação dos treinadores, as competições em diferentes níveis e o apoio científico para inovações. E por fim, antes de sair deste modelo, o ultimo pilar se preocupa em preparar esta pessoa para retornar a sociedade.

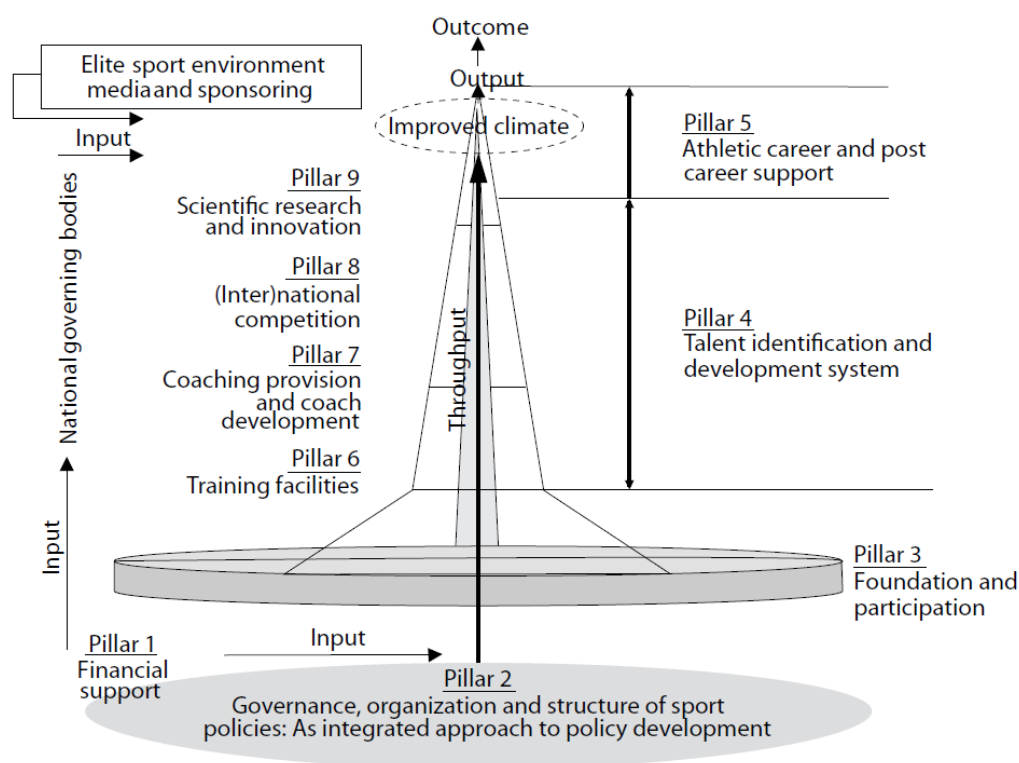


Figura 1: Modelo SPLISS: Nove pilares determinantes para que se atinja o sucesso no esporte Internacional. Fonte: Mazzei et al. (2015).

Com base na literatura, cada um destes pilares buscam informações específicas sobre uma área, permitindo a comparação entre fatores similares que ocorrem em duas ou mais realidades diferentes a fim de qualificar e quantificar o nível de sucesso deste tipo de política. Pensando neste viés, e baseando-se no pilar de número sete que diz:

O Pilar sete é aquele que busca informações sobre o tipo de suporte e como é o desenvolvimento dos treinadores. Para isso, dois fatores são considerados cruciais: O primeiro é quanto a formação, ou seja, considera a qualidade da educação e as oportunidades para esses profissionais se tornarem especialistas em nível internacional. O segundo é com relação ao contexto da profissão, na qual se refere à importância social dos treinadores, incluindo status, apoio financeiro, serviços de segurança social e outras iniciativas que tornam essa habilidade mais atrativa como uma profissão (Mazzei et al., 2015, p.91).

Conforme demonstra o objetivo do pilar sete, na qual este é o responsável por abordar e identificar diretamente os aspectos relacionados à qualificação de técnicos e treinadores das modalidades, e proposto por Mazzei et al. (2015, p. 89), “o interesse

[...] na busca de fatores para sucesso esportivo internacional [...] sobre esse tema geralmente são feitas a partir da comparação das ações de estrutura e políticas esportivas que existem em diferentes países”, e pensando neste tema, que se buscou entender a formação e qualificação de treinadores de futebol que é proposta no Brasil, comparando-a com a que é fornecida em outros continentes, como acontece na Europa e na Ásia em busca de informações sobre os cursos nestes locais.

3. QUALIFICAÇÃO DO TREINADOR DE FUTEBOL

3.1. A qualificação básica dos profissionais no Brasil

A partir de outubro de 2007, o Brasil começou a aparecer de modo mais frequente na manchete dos principais meios de comunicação midiática internacional ao ser confirmado como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Dois anos mais tarde, o COI confirma que o Rio de Janeiro seria a cidade-sede dos jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A presença dos dois principais megaeventos do mundo que seriam sediados no país da América do Sul (esta seria a segunda edição de uma Copa do Mundo de Futebol e primeira edição de uma Olimpíada e Paralimpíada) trouxe grande visibilidade, investimentos, além de muita responsabilidade às regiões sedes (CARVALHO, 2016). Consequentemente, os esportistas que faziam parte de cada um dos eventos necessitavam de investimentos das mais variadas formas (estruturas, qualificação, salários, competições, formações e etc.) para representarem o Brasil.

No entanto, para lidar com tanta responsabilidade, fez-se necessário o debate sobre quais seriam as necessidades para estes megaeventos. Logo, na III Conferência Nacional do Esporte (CNE), que foi realizada no primeiro semestre de 2010, intitulada de "10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais", ficam evidentes as ações propostas e aprovadas pelo governo demonstradas na Carta de Brasília (BRASIL, 2010), que de acordo com a releitura feita por Mascarenhas (2012, p.53, grifo meu), tais metas eram as seguintes:

[1] Promover a inclusão social e o desenvolvimento humano por meio de programas socioesportivos; [2] Institucionalizar o esporte educacional; [3] Atingir resultados inéditos nas competições e assim projetar o Brasil no ranking do alto rendimento; [4] Incrementar nossa infraestrutura esportiva; [5] Modernizar e valorizar o futebol como identidade cultural do Brasil; [6] Ampliar o leque de modalidades para diversificar a prática esportiva no país; [7] Qualificar a gestão do esporte e do lazer; [8] Aproveitar o potencial econômico-social dos grandes eventos, porque contribuem com o desenvolvimento nacional gerando milhões de empregos, aumentando a renda e propiciando o renascimento de áreas urbanas, a melhoria da qualidade de vida, a oferta de perspectivas à juventude e o fortalecimento do respeito do mundo por nossa pátria; [9] Valorizar o trabalhador da área, especialmente o profissional de educação física, garantindo postos de trabalho; [10] Estabelecer a criação de políticas de formação continuada

e permanente, de desenvolvimento científico e tecnológico e de acompanhamento e avaliação dos programas, resultando na profissionalização cada vez maior da política esportiva no país.

Destes 10 pontos apresentados pelo governo e imaginando-os no ambiente da modalidade do futebol, foram destacados seis itens, pois corroboram com a visão na qual o treinador está incluído de alguma forma neste ambiente e com um caráter de destaque.

O primeiro ponto, para que tal inclusão e desenvolvimentos possam ser bem desenvolvidos, é preciso que esse profissional saiba como abordar assuntos, ser especialista na modalidade, ou seja, um técnico. Além disso, ele é auxiliado pelo item nove, ao propor a valorização do profissional formado em Educação Física, bem como o item 10, que cria políticas de incentivo no desenvolvimento científico desses profissionais. Os itens três, cinco e sete, ao proporem respectivamente, atingir resultados expressivos no alto rendimento; modernizar e valorizar o futebol como cultura do país; e melhorar a gestão do esporte, está valorizando e considerando o técnico como peça atuante e determinante no processo.

Porém, a realidade não é bem essa. Na carta apresentada, percebe-se que não havia disponível no mercado, profissionais qualificados para atuarem nos megaeventos, uma vez que um dos itens fazia menção a necessidade dessa qualificação. Não obstante, ele finaliza com os dois últimos itens, identificando a população que deveria ser beneficiada com tal investimento - especialmente o profissional de Educação Física, e a criação de políticas continuada e permanente, ou seja, reforça que a área da gestão esportiva necessita de melhoria na parte acadêmica e profissional a fim de garantir resultados expressivos, tanto no cenário público como no privado, conforme observado no estudo de Cárdenas e Feuerschütte (2014, p. 9), onde “não existe no país uma diretriz curricular única para a formação nessa área do conhecimento”.

Além disso, os formatos como são realizados e os objetivos de cada instituição são diferentes (MAZZEI; AMAYA; BASTOS, 2013), inviabilizando que a qualidade no conhecimento melhore e com isso, a relação com as outras áreas componentes da Educação Física, em específico na área de trabalho voltado para a gestão, na qual Montagner, Scaglia e Amaya (2012, p. 624) acreditam que “pouco ou quase nada se dedicavam ao conhecimento especializado em gestão do esporte”.

Sabendo da possível falha destes órgãos na capacitação dos profissionais que atuariam nestes eventos, foi assim que tanto a FIFA quanto COI buscaram atingir algumas metas. Segundo o COB (2009), era de se investir na capacitação do profissional das Confederações Brasileiras Olímpicas em prol do desenvolvimento esportivo é uma das metas do COB para este ciclo olímpico. Por meio do Instituto Olímpico Brasileiro, promovia o Curso Avançado de Gestão Esportiva (CAGE), focado para profissional de instituições esportivas federadas (IOB, 2016). Já em relação à Copa do Mundo de Futebol, a Fundação Getulio Vargas (FGV), em parceria com a *Fédération Internationale de Football Association (FIFA)*, promoveram o curso de Gerenciamento, Marketing e Direito Esportivo, no qual começou a ser oferecido a partir do ano de 2012 na FGV (BRASIL, 2011). Ainda assim, o Portal do COB relata que após este Ciclo, novos desafios deverão ser enfrentados pelas Organizações Esportivas do país.

No entanto, percebe-se que em nenhum momento foi citado ou proposto à capacitação dos profissionais que trabalham no campo de futebol propriamente dito. No tocante do currículo de formação superior, vê-se que em “linhas gerais estamos deixando de apenas formar profissionais para ensinar esportes dentro das quadras e campos, os pedagogos” (MONTAGNER; SCAGLIA; AMAYA, 2012, p. 611).

Ou seja, nossas universidades não contêm em seu currículo uma formação específica para ocupar cargos técnicos nas modalidades esportivas. Estes currículos falam sobre tudo, mas não aprofundam em nenhuma área, fazendo com que os profissionais que queiram uma compreensão melhor sobre o assunto busquem informações e conhecimentos por conta própria ou façam cursos e especializações nas áreas de interesse. Nesta parte, a entrada das Licenças para os Treinadores de Futebol no Brasil supre esta demanda ausente na sociedade.

3.2. O histórico da formação de treinadores de futebol no Brasil

Não é de hoje que o Brasil é considerado mundialmente como uma escola especialista na formação de jogadores que contém uma habilidade diferenciada dos demais, que por muitas vezes são os responsáveis pelo desequilíbrio quanto à modalidade do futebol, sendo ela tanto no futebol de salão, de areia ou no gramado. No

entanto, quando saímos dos campos de atuação dos jogadores e entramos na área técnica, a qualificação dos treinadores no Brasil ainda está em uma fase inicial, se comparada com outros países como Reino Unido, Portugal, Espanha, e até mesmo quem não tinha muita tradição com a modalidade, como o caso dos EUA, que tem curso de qualificação desde o ano de 1970.

O Brasil começou a se preocupar com a formação de treinadores na década de 1970, mas especificamente no dia sete de julho de 1975 quando foi fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF)⁸. Na mesma década, foi fundada em 1974 no estado de São Paulo, a Associação Paulista dos Treinadores de Futebol, e que a partir de fevereiro de 1988 passa a se chamar Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do Estado de São Paulo (SITREFESP)⁹. Além destas instituições, no decorrer dos anos, outras instituições foram criadas, sendo, no âmbito regional e nacional, projetando a melhoria e a profissionalização da carreira de treinador de futebol no Brasil.

Já, em 2005, a FIFA propôs *The Goal Project*¹⁰, na qual o objetivo principal é desenvolver o futebol em âmbito mundial. Sua proposta era beneficiar algumas vertentes para a sua melhora, sendo uma delas um modelo de qualificação e profissionalização dos treinadores, desde escolas de futebol até os níveis de alto rendimento (AOXY EXPERIÊNCIAS, 2017b). A partir disso, foi assinado um convenio no ano de 2008 entre Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) (por meio de seu Reitor Eustáquio Afonso Araújo e Osvaldo Torres - um dos idealizadores do projeto), e a CBF (por meio do Presidente Ricardo Teixeira), com o propósito de elaborar uma metodologia para os cursos de qualificação de treinadores, na qual seriam cancelados pela entidade máxima do futebol no Brasil, através da Escola Brasileira de Futebol – EBF (PUC-MINAS, 2008).

A partir disso, até meados de 2013, a PUC-Minas obteve o direito por realizar os cursos que eram cancelados pela CBF. Porém, em junho de 2013 este projeto passa a ser gerido, organizado e executado por uma empresa terceirizada Aoxy Experiências, permanecendo até abril de 2016. Na ocasião, era a única responsável no

⁸ Dados e informações retirados do site oficial da instituição (ABTF, 2017).

⁹ Dados e informações retirados do site oficial da instituição (SITREFESP, 2017).

¹⁰ Tradução livre para Projeto Gol. Atualmente este projeto chama-se Grassroots e está inserido na parte de Educação e Técnica dentro do Departamento de Desenvolvimento da FIFA (FIFA, 2017a).

país pelo desenvolvimento das licenças e cursos que eram canceladas pela CBF (AOXY EXPERIÊNCIAS, 2017). A partir de maio de 2016, houve uma mudança, na qual a empresa deixa de ser a gestora dos cursos e cria-se a CBF Academy, um departamento dentro da área de Desenvolvimento Técnico com o intuito de ampliar a gama de cursos e licenças nas áreas de formação oferecidas em todo território nacional, na qual segue as diretrizes propostas pela Convenção da Licença de Treinadores, conforme disposto no documento oficial da CONMEBOL que rege as licenças de treinadores nos países da América do Sul.

De acordo com o site da instituição, o seu objetivo é tornar uma referência mundial na qualificação de profissionais do futebol, suportando por um corpo docente qualificado e experiente, proporcionando maior troca de experiência entre os alunos que buscam especialização e atualização. Além disso, tem como meta a ser cumprida até o ano de 2020, prevê que mais de quatro mil profissionais estejam qualificados pela CBF Academy (CBF, 2017a).

Assim como toda esta estruturação futura, antes mesmo dos cursos começarem, a produção e desenvolvimento da parte metodológica dos cursos e licenças promovidas no Brasil também foi minuciosamente estudada. Os idealizadores da metodologia dos cursos buscaram conhecer os métodos utilizados nas escolas referencias na formação de treinadores ao redor do mundo, independente da modalidade esportiva, como se dá o processo de formação do técnico através de visitas de campo, pesquisas e entrevistas com instrutores, técnicos e profissionais de áreas correlacionadas às modalidades para entender como se dava o processo de formação de treinadores nestes locais.

A partir disso, com todo este conteúdo, foi possível iniciar o processo de desenvolvimento do conteúdo programático brasileiro. Contanto com uma comissão seleta de profissionais atuantes no Brasil, foi validada esta estruturação na qual é semelhante ao que é proposto nos locais visitados, sem que se perca a cultura futebolística brasileira. Como se trata de ensino, onde sempre se busca conteúdos atuais na qualificação dos alunos, são realizados congressos técnicos em esferas regionais, onde os professores e instrutores dos cursos, oriundos da prática e da teórica, revisam os conteúdos e se necessário, reestruturam as disciplinas.

3.3. As Licenças de treinadores de futebol

As licenças que são propostas no programa de qualificação brasileira estão divididas através de quatro níveis, obedecendo a uma ordem cronológica de conhecimento e competência, bem como de evolução das etapas existentes no futebol. Cada nível contém uma exigência mínima para ser cumprida de forma presencial e em formato a distancia. As disciplinas contêm trabalhos que devem ser desenvolvidos uma parte durante o curso presencial e outra parte será feita a distância, a serem entregues por meio de uma plataforma eletrônica. Os trabalhos são corrigidos pelos próprios professores ministrantes das disciplinas e devolvidos nos prazos determinados, onde a nota mínima exigida é de 70% do valor total. Caso este valor não seja atingido, o aluno terá de refazer o trabalho até mais duas vezes para poder atingir tal valor (CONMEBOL, 2017; CBF, 2017b).

Tais regimentos estão presentes na Convenção de Treinadores, para que os profissionais possam almejar níveis mais avançados, obedecendo a seguinte ordem: Licença “B”, para profissionais que querem atuar/atuentes das categorias de base; Licença “A”, para profissionais que querem atuar/atuentes em equipes profissionais em âmbito nacional e Licença “PRO”, também para futebol profissional, porém voltada para competições de nível internacional. Ainda assim, antes destas licenças que visam o rendimento esportivo de atletas, existe no organograma da CBF Academy a Licença “C” que é voltada para professores e treinadores que atuam ou almejam atuar em escolas de futebol, voltado à iniciação esportiva de crianças e adolescentes. Apesar desta licença não ser contemplada pela Convenção da CONMEBOL para regulamentação, ela prevê que cada país deve realizar a sua. No caso brasileiro, a proposta tem uma de suas bases no *Grassroots Program*¹¹ proposto pela FIFA.

No entanto, é possível que alguns candidatos consigam dar início a sua qualificação em um nível específico, sem a necessidade de fazer níveis anteriores (por exemplo, tenho condições de entrar diretamente na licença “B”, logo preciso fazer o nivelamento da licença prévia a esta, ou seja, apenas da Licença “C”, e assim sucessivamente). Para que isso aconteça, é preciso obedecer rigorosamente os critérios pré-estabelecidos na convenção, comprovarem por meio de documentos, onde serão

¹¹ Tradução do autor para o português seria Programa de Iniciação ao Futebol (FIFA, 2017b)

analisados pela instituição regulamentado das licenças. Além disso, estes alunos devem realizar algumas disciplinas específicas do nível que conseguiram a equivalência no formado a distância, chamado de nivelamento.

Ainda sim, uma pergunta continua a ser questionada por alguns veículos de comunicação, se no Brasil existe qualificação de treinadores conforme demonstrado anteriormente, porque nossos treinadores não podem trabalhar em outros países? A resposta não é tão simples quanto parece. Primeiramente, porque a qualificação de treinadores em outros lugares do mundo não ocorre somente na modalidade do futebol, além de ser uma realidade que acontece há algum tempo.

3.4. As convenções das confederações

A convenção da CONMEBOL foi publicada em fevereiro de 2017, e serve para regulamentar de forma unânime perante os membros envolvidos com o propósito de nortear e incentivar a regulamentação dos cursos e licenças nos territórios que fazem parte. Além de criarem os seus métodos de formação e capacitação dos treinadores e outras áreas envolvidas com o futebol de acordo com os padrões internacionais, futuramente, o próximo passo é a equivalência e o seu reconhecimento perante outras confederações continentais.

Após esta introdução, imagina-se que possa existir alguma diferença entre as convenções da CONMEBOL, UEFA e AFC. Por isso, deveriam ser comparadas com o intuito de obter informações quanto ao que são propostos e realizados em cada uma delas e posteriormente correlacionar com o que é realizado no Brasil. Os critérios abordados nesta comparação serão: a carga horária total, divididas em parte prática e parte teórica e avaliativa; a validade de cada licença; e os critérios para renovação das licenças. Apesar de estar documentado nas convenções está o conteúdo metodológico esperado que seja abordado em cada nível/licença, não será possível analisar o conteúdo pragmático executado, uma vez que tais conteúdos ficam a critério da ementa da disciplina em cada licença/país.

No entanto, no caso da CONMEBOL é a única das três instituições que demonstra com transparência os critérios e conteúdos mínimos esperados, além das

cargas horárias que devam ser seguidas pelos membros pertencentes da convenção a fim de continuar, implantar ou readequar seus cursos e licenças.

3.4.1. Confederação Asiática de Futebol (AFC)

Os dados encontrados na convenção de treinadores da Confederação Asiática de Futebol (AFC) de 2015 instituiu como condição mínima adotada para a Licença B, um conteúdo total de 107 horas distribuídas em de 20 dias, das quais 60 horas são de cunho teórico, 43 horas de cunho prático e mais 4 horas reservados para avaliação do aluno, visando às habilidades práticas do aluno abordando o seu conhecimento e a compreensão dos conteúdos teóricos do jogo e uma breve apresentação sobre um tópico de dissertação.

Para a Licença A, o mínimo é de 148 horas, divididos em 27 dias, onde 78 horas são de cunho teórico, 64 horas de cunho prático e mais 6 horas para avaliação do aluno que serão observados sobre os aspectos práticos e teóricos do jogo, além de apresentarem uma dissertação.

Quanto ao nível mais alto, a Licença PRO, necessita de 385 horas que são divididos em quatro módulos, onde ao final do ultimo modulo, o aluno deverá apresentar de uma dissertação de um mínimo de 5000 palavras sobre um tópico específico, além de ter que realizar um exame final oral sobre os aspectos teóricos e práticos do futebol.

Quanto a sua validade, os níveis “A” e “B” tem o prazo de quatro anos enquanto o nível “PRO” tem validade de dois anos, sendo válidas até o ultimo dia do terceiro ano, data na qual ela expira. Já o critério de renovação da licença, os treinadores devem obedecer a uma lógica específica para cada nível, apresentando documentos que comprovem a realização do que se pede, onde o nível “B” deve realizar um total de 30 horas de teoria e mais 60 horas de prática pelo prazo de quatro anos, o nível “A” deve realizar um total de 60 horas de teoria e mais 100 horas de prática pelo prazo de quatro anos e o nível “PRO” deve realizar um total de 60 horas de teoria e mais 100 horas de prática pelo prazo de dois anos (AFC, 2010).

Quadro 1: Resumo das informações da Convenção da licença de treinadores da AFC.

	Licença B	Licença A	Licença PRO
Carga horária teórica	60h	78h	266h
Carga horária prática	43h	64h	107h
Carga horária de avaliação	4h	6h	12h
Carga horária total	107h	148h	385h
Validade	4 anos	4 anos	2 anos
Renovação teórica	30h em 4 anos	60h em 4 anos	60h em 2 anos
Renovação prática	60h em 4 anos	100h em 4 anos	100h em 2 anos

Fonte: AFC (2010). Traduzido pelo autor.

3.4.2. Union of European Football Associations (UEFA)

A segunda convenção de treinadores analisada é a Union of European Football Associations – UEFA, publicada no ano de 2015. Nela observam-se as seguintes condições: Licença “B” com um conteúdo mínimo de 120 horas distribuídas das quais 60 horas é teórica, 60 horas são práticas e um mínimo adicional de mais três horas reservados para avaliação.

Para a Licença “A” o mínimo é de 180 horas, divididos em 90 horas de teoria, 90 horas de prática e mais um adicional de seis horas reservados para avaliação.

Quanto a Licença “PRO” é requerido 360 horas, onde 144 horas são de teoria, e outras 216 horas são de prática e mais um adicional de nove horas reservados para avaliação. Além disso, todas as horas práticas incluem experiências de trabalho e estudos de caso.

O prazo de expiração da licença dos três níveis na UEFA é de três anos, sendo ela inválida após o último dia do ano da data em que ela expira. Já o critério de renovação das licenças é o mesmo para todos os níveis, onde o treinador deve completar um curso de educação adicional, na qual é organizado por uma das partes integrantes da convenção de formação da UEFA ou realizar a formação da UEFA no próximo nível da licença, ficando este último restrito apenas aos níveis “A” e “B”. A carga horária mínima deste curso é de 15 horas. (UEFA, 2015).

Quadro 2: Resumo das informações da Convenção da licença de treinadores da UEFA

	Licença B	Licença A	Licença PRO
Carga horária teórica	60h	90h	144h
Carga horária prática	60h	90h	216h
Carga horária de avaliação	3h	6h	9h
Carga horária total	163h	196h	369h
Validade	3 anos	3 anos	3 anos
Crítérios para a Renovação	Completar um curso de educação adicional organizado por um membro da convenção da UEFA ou a formação do próximo nível da UEFA organizado por um membro da convenção. Carga horária mínima de 15 horas.		Completar um curso de educação adicional organizado por um membro da convenção da UEFA. Carga horária mínima de 15 horas.

Fonte: UEFA (2015). Traduzido pelo autor.

3.4.3. Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL)

A última convenção analisada foi a da Confederação Sul-Americana de Futebol, que foi aprovada em 2016. O mínimo regulamentado quanto a Licença “B” é dado como mínimo de 140 horas, das quais 110 horas são de conteúdo específico, sendo subdivididos em 50 horas teóricas e 60 horas de prático; mais 30 horas para conteúdos complementar e um adicional de mais três horas para avaliação.

Para a Licença “A” são necessários de 240 horas, das quais 190 horas devem ter conteúdo específico subdivididos em 70 horas teóricas e 120 horas práticas; mais 50 horas para conteúdos complementar e um adicional de mais seis horas para avaliação.

Para a Licença “PRO” é requerido 360 horas, das quais 270 horas devem ter conteúdo específico subdivididos em 50 horas teóricas e 220 horas práticas; mais 90 horas de conteúdos complementares, além de um adicional de nove horas reservados para avaliação.

A expiração dos três níveis de licença na CONMEBOL é de três anos, ficando inválida após o término do ultimo dia do mesmo ano da data em que expira. A sua renovação terá validade de mais três anos, e obedece ao mesmo critério para todos os níveis, onde o treinador deve concluir um curso de atualização organizado por um membro da convenção ou pela CONMEBOL com uma carga horária de 20 horas (CONMEBOL, 2017).

Quadro 3: Quantidade de horas da Convenção da licença de treinadores da CONMEBOL

	Licença B	Licença A	Licença PRO
Carga horária de conteúdo específico teórico	50h	70h	50h
Carga horária de conteúdo específico prático	60h	120h	220h
Carga horária conteúdo complementar	30h	50h	90h
Carga horária de avaliação	3h	6h	9h
Carga horária total	140h	240h	360h
Validade	3 anos	3 anos	3 anos
Crítérios para a Renovação	Completar um curso de atualização de licenças organizado por um Membro da Convenção ou um curso de atualização de licenças organizado pela CONMEBOL. Carga horária mínima de 20 horas.		

Fonte: CONMEBOL (2017). Traduzido pelo autor.

3.5. A validação das licenças internacionalmente

Apesar das convenções apresentarem conteúdos próximos, a equivalência validação das licenças dos treinadores brasileiros no exterior não se trata de um processo simples, uma vez que se trata de um espaço de disputa pelo seu domínio e reserva de mercado. Para que a equivalência seja aprovada, é necessário primeiro que os países membros das confederações tenham seus cursos regularizados conforme as normas das confederações.

Segundo, de acordo com o estatuto da FIFA, a entidade CBF não pode dialogar com a UEFA, na qual tais conversas devem ser realizadas entre pares, ou seja, somente a CONMEBOL poderá dialogar com a UEFA ou outra Confederação Continental para tratar deste assunto (FIFA, 2008). Segundo Martín Fernandez (2017), tal diálogo foi iniciado para que as confederações continentais analisem as convenções uma das outras e avaliem se estão de acordo com o solicitado, posteriormente. Ou seja, o processo está em andamento, aguardando apenas a decisão final quanto a este assunto.

3.6. Discussão acerca dos cursos da CBF Academy

Como a CBF Academy deve seguir as recomendações mínimas estipuladas na convenção, É possível observar quanto ao critério de carga horária, foi adotado para a Licença B um total de 200 horas, para a Licença A um total de 270 horas, e para a Licença PRO um total de 370 horas. Ao somar todas as horas, das três licenças, o seu total supera em 100 horas o mínimo previsto. Tal comparação pode ser estendida com o das outras confederações, como exemplo, correlacionando o mínimo estipulado pelas UEFA, teríamos 678 horas, onde ultrapassaria por 162 horas. Já a comparação com a AFC ficaria em uma diferença de 200 horas a mais, uma vez que o mínimo estipulado é de 640 horas totais.

Tabela 1: Comparação da quantidade mínima de horas das licenças entre as Confederações Continentais e o Brasil.

	BRASIL	CONMEBOL	UEFA	AFC
Licença B	200h	140h	123h	107h
Licença A	270h	240h	186h	148h
Licença PRO	370h	360h	369h	385h
Totais de horas	840h	740h	678h	640h

Conforme proposta pela Revista Galileu (2016), podem ser traçadas comparações em relação a outros países e confederações continentais, por exemplo, é a relação quanto à extensão territorial. Fica evidente que as diferenças são avassaladoras quando se faz um paralelo com países que já possuem um sistema de desenvolvimento e qualificado. As dificuldades que podem existir em se organizar e promover ações favoráveis à qualificação em diversos locais do país será menor, se você for do tamanho do Reino Unido, que se comparado ao Brasil contém aproximadamente a mesma quilometragem de área que o estado de São Paulo, com pouco menos de 248mil Km²; ou se possuir a dimensão territorial equivalente ao da Alemanha, que é a atual tetracampeã mundial de futebol masculino principal e bicampeã mundial no futebol feminino principal, onde seu tamanho territorial é pouco mais que o tamanho do estado do Mato Grosso do Sul, com 357mil Km²; ou até mesmo da Espanha, que tem pouco menos do tamanho do estado de Minas Gerais que é de 586mil Km², entre outros.

Tabela 2: Dimensão dos estados brasileiros e do distrito federal com o de outros países.

Estados Brasileiros e o Distrito Federal	Estado Brasileiro (em Km²)	País comparado	Continente localizado	Dimensão do País (em Km²)
Acre	164.123 km ²	Nepal	Ásia	147.181km ²
Alagoas	27.778 km ²	Haiti	America do Norte	27.750km ²
Amapá	142.828 km ²	Tajiquistão	Ásia	143.100 km ²
Amazonas	1.559.159 km ²	Mongólia	Ásia	1.566.000 km ²
Bahia	564.733 km ²	França	Europa	643.801 km ²
Ceará	148.920 km ²	Grécia	Europa	131.957 km ²
Distrito Federal	5.779 km ²	Trinidad e Tobago	America do Sul	5.131 km ²
Espírito Santo	46.095 km ²	Suíça	Europa	41.285 km ²
Goiás	340.111 km ²	Finlândia	Europa	338.424 km ²
Maranhão	331.937 km ²	Itália	Europa	301.338 km ²
Mato Grosso	903.366 km ²	Venezuela	America do Sul	916.445 km ²
Mato Grosso do Sul	357.145 km ²	Alemanha	Europa	357.168 km ²
Minas Gerais	586.522 km ²	Espanha	Europa	504.645 km ²
Pará	1.247.954 km ²	Angola	África	1.247.000 km ²
Paraíba	56.585 km ²	Croácia	Europa	56.594 km ²
Paraná	199.307 km ²	Senegal	África	196.712 km ²
Pernambuco	98.311 km ²	Portugal	Europa	92.212 km ²
Piauí	251.577 km ²	Guiné	África	245.836 km ²
Rio de Janeiro	43.780 km ²	Dinamarca	Europa	42.925 km ²
Rio Grande do Norte	52.811 km ²	Bósnia	Europa	51.197 km ²
Rio Grande do Sul	281.730 km ²	Equador	America do Sul	283.560 km ²
Rondônia	237.590 km ²	Laos	Ásia	236.800 km ²
Roraima	224.300 km ²	Guiana	America do Sul	214.970 km ²
Santa Catarina	95.736 km ²	Hungria	Europa	93.030 km ²
São Paulo	248.222 km ²	Reino Unido	Europa	243.610 km ²
Sergipe	21.915 km ²	Israel	Ásia	20.770 km ²
Tocantins	277.720 km ²	Nova Zelândia	Oceania	268.021 km ²

Fonte: Adaptado de Revista Galileu (2016).

Se analisarmos atentamente a figura 2, veremos que dos 26 estados e o Distrito Federal, não temos apenas um país chamado Brasil, temos uma combinação de países, provenientes dos cinco continentes do mundo, concentrados em um único lugar. Fato é que a dimensão territorial ocupada pelo país é digna de ser comparada com a de um continente, na qual é composto por três países do continente africano, cinco países do continente americano, cinco países do continente asiático, treze países do continente europeu e um país da Oceania. Além do mais, outras questões do tipo, as federações estaduais sabem da existência dos cursos é qual são as condições que elas podem fornecer para trazer os cursos para seu estado? Estes são questionamentos que podem ser abordados quanto ao monopólio dos estados localizados no sudeste.

Figura 2: Ilustração mapa dos Brasil relacionando o tamanho dos estados brasileiros e distrito federal com o tamanho de outros países do mundo.



Fonte: Revista Galileu (2016).

Outro ponto que pode ser abordado é quanto a distancia e deslocamentos pelo país e relacioná-los com a quantidade de cursos promovidos e os locais que são promovidos estes cursos. De acordo com o calendário de cursos da instituição, neste ano de 2017 seriam realizadas três licenças de nível “B” sendo elas em São Paulo e Rio de Janeiro, duas licenças de nível “A” e uma licença de nível “PRO”, sendo elas somente no Rio de Janeiro.

Ou seja, a quantidade de licenças fornecidas que visam o aperfeiçoamento dos profissionais, de um país inteiro é insuficiente para a sua imensidão, sem falar que estados das regiões do país, como Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, ficam desamparados com relação à qualificação que os cursos podem fornecer e ajudar na capacitação dos profissionais destas regiões.

Figura 3: Calendário dos cursos promovidos pela CBF Academy no ano de 2017.



CALENDÁRIO 2017



JANEIRO		FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL			MAIO				
LICENÇA C 13 A 22 SÃO PAULO/SP	LICENÇA C 21 A 29 PORTO ALEGRE/RS	LICENÇA B 08 A 19 GRANJA	FORÇA, POTÊNCIA E VELOCIDADE 23 A 26 SÃO PAULO	PREPARAÇÃO FÍSICA PROFISSIONAL 18 A 23 GRANJA	ANÁLISE DE DESEMPENHO BASE 20 A 23 VITÓRIA/ES	GESTÃO MOD. I GOVERNANÇA 27 A 29 CBF	LICENÇA C 29/4 A 07/05 RECIFE/PE	GESTÃO MOD. II PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 25 A 27 CBF			
JUNHO		JULHO		AGOSTO		SETEMBRO					
LICENÇA A 07 A 25 GRANJA	WORKSHOP DE INTERMEDIÇÃO NO FUTEBOL 7 A 9 CBF	GESTÃO MOD. III DIREITO ESPORTIVO 22 A 24 CBF	LICENÇA B 05 A 16 SÃO PAULO	LICENÇA C 22 A 30 GRANJA	GESTÃO MOD. IV MKT ESPORTIVO 20 A 22 CBF	ANÁLISE DE DESEMPENHO: BASE 17 A 20 BELO HORIZONTE	GESTÃO MOD. V FINANÇAS & RH 24 A 26 CBF	LICENÇA C 02 A 10 BELO HORIZONTE	ANÁLISE DE DESEMPENHO PRO 14 A 17 SÃO PAULO	GESTÃO MOD. VI COMPETIÇÕES 21 A 23 CBF	COORDENAÇÃO TÉCNICA BASE 26/09 A 1/10 SÃO PAULO
OUTUBRO			NOVEMBRO				DEZEMBRO				
WORKSHOP: DIREITO E FUTEBOL 5 A 7 CBF	LICENÇA B 04 A 15 SÃO PAULO	GESTÃO MOD. VII GESTÃO TÉCNICA 19 A 21 CBF	TREINADOR DE GOLEIRO: BASE 25 A 29 GRANJA	ANÁLISE DE DESEMPENHO: BASE 02 A 05 CBF	WORKSHOP: COMPLIANCE NO FUTEBOL 9 A 11 CBF	GESTÃO MOD. VIII COMUNICAÇÃO 16 A 18 CBF	WORKSHOP: INTERMEDIÇÃO NO FUTEBOL 23 A 25 CBF	SEMINÁRIO TREINADORES 05/12 CBF	LICENÇA PRO 05 A 15 GRANJA	LICENÇA A 08 A 17 GRANJA	

www.cbf.com.br/cbfbacademy

*Calendário sujeito a alterações - CBF Academy

Fonte: CBF (2017c)

Além disso, o fato dos cursos serem no eixo Rio-São Paulo também é algo a se preocupar, uma vez que existem são fatores que devem ser levados em conta, como por exemplo, a disponibilidade para o curso, uma vez que o aluno tenha que ficar ausente de seu trabalho por no mínimo 10 dias, referente ao período de duração da parte presencial; o deslocamento para se chegar até o local do curso, que dependendo de sua localidade precisa de mais alguns dias para a viagem; o custo com gastos como traslado, alimentação, estadia, além do custo das licenças, por si só é algo que se deve levar em consideração, já que seus valores são distribuídos da seguinte forma: Licença “B” – R\$ 7.250,80 e o valor do Nivelamento: R\$ 840,00; Licença “A” – R\$ 9.926,00 o valor do Nivelamento: R\$ 945,00; e Licença “PRO” – R\$ 18.000,00 sem nivelamento.

Tabela 3: Valores das licenças de treinadores no Brasil.

	Licença “B”	Licença “A”	Licença “PRO”
Curso	R\$ 7.250,80	R\$ 9.926,00	R\$ 18.000,00
Nivelamento	R\$ 840,00	R\$ 945,00	-
Valor Total:	R\$ 8.090,80	R\$ 10.871,00	R\$ 18.000,00

Fonte: (CBF, 2017b)

Apesar de não ter sido encontrado nenhum registro na Diretoria de Registros e Transferências da CBF com relação ao salário de treinadores, o que foi encontrado foram os valores recebidos pelos jogadores. Analisando o relatório emitido pela Diretoria de Registros e Transferências (Relatório DRT 2016), percebe-se que não é algo condizente e acessível com a realidade do país, uma vez que o padrão econômico da população dos jogadores profissionais é relativamente baixo. Conforme mostra a tabela 4, de um universo total de 28.203 jogadores registrados, 82,40% (23.238 jogadores) recebem até R\$ 1.000,00 por mês e 13,68% recebem de R\$ 1.000,01 até R\$ 5.000,00. Ou seja, 96,08% destes recebem um salário de até R\$ 5.000,00 por mês. Devido esse cenário, acredita-se que o mesmo deve ocorrer com a classe dos treinadores. Sendo assim, os cursos não atingiriam a todos as esferas do universo dos técnicos, promovendo uma primeira seleção dos que podem pleitear um lugar na licença.

Tabela 4: Quantidade de jogadores registrados no sistema da CBF e o valor de seus salários.

Salários dos jogadores	Quantidade de jogadores	% do total dos jogadores
Até R\$ 1.000,00	23.238	82,40%
R\$ 1.000,01 até R\$ 5.000,00	3.859	13,68%
R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00	381	1,35%
R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	499	1,77%
R\$ 50.000,01 até R\$ 100.000,00	112	0,40%
R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	78	0,28%
R\$ 200.000,01 até R\$ 500.000,00	35	0,12%
Acima de R\$ 500.000,01	1	0,00%
TOTAL	28.203	100%

Informações relativas ao ano de 2016. Fonte: (CBF, 2016).

Apesar das propostas idealizadas e vigentes pela CBF Academy, quando o assunto é transmitir o conhecimento e melhorar a classe e as condições de trabalho para os técnicos do alto rendimento desde categorias de base até o profissional no Brasil, fica evidente que muitos pontos precisam ser reavaliados para que o objetivo da instituição com relação às licenças e cursos seja conquistado.

Contudo, algumas melhorias já foram conquistadas pela classe como é o caso de mais de 128 técnicos atuantes nas Séries A, B, C e D do Campeonato Brasileiro de 2017. Estes profissionais podem ser registrados pelos seus clubes perante a CBF, e passaria a ter benefícios básicos e similares ao dos jogadores, como previdência, seguro

de vida e de acidentes pessoais. De acordo com a entidade, este registro esta em vigência desde o dia 10 de abril de 2017 promovendo o seu desenvolvimento e modernização (CBF, 2017d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por realizar este estudo partiu da observação de questionamentos sobre a formação daqueles que querem comandar as equipes da área técnica, voltando seu foco para a modalidade do futebol quanto os aspectos envolvidos no desenvolvimento dos cursos de qualificação de treinadores no Brasil. Este estudo não tem a ambição de solucionar as inúmeras dificuldades presentes no processo da qualificação dos treinadores no Brasil, mas sim em demonstrar e compreender como se dá este desenvolvimento através das instituições.

A partir do viés sociológico, buscou-se entender o desenvolvimento que aconteceu concomitantemente entre população e esporte naquele momento, onde no mundo esportivo moderno, prevaleciam os detentores de poder que ditavam as concepções e costumes. Posteriormente a transição do período esportivo moderno para o contemporâneo, fez com que os estados percebessem que poderiam se impor perante outra nação através do esporte, subsidiando e transformando-o em ferramenta de poder perante outras nações. A partir disso, foi necessário que cada nação desenvolvesse sua própria forma de gerir as modalidades esportivas e seus componentes. Tal desenvolvimento teve seu ápice no processo de transformação de amadores em profissionais, surgindo, então, a gestão do esporte.

Neste mundo globalizado de hoje, o modelo de pesquisa SPLISS busca os melhores resultados da gestão do esporte através de todas as áreas que a compõe, ou seja, os nove pilares que sustentam e melhora o desempenho esportivo de alto rendimento, das quais uma destas partes foca na qualificação de técnicos e treinadores para as modalidades esportivas. Esta parte do estudo busca evidenciar que existe uma preocupação antiga quanto à melhoria esportiva, principalmente quando o assunto é o ensino e desenvolvimento da classe do treinador de futebol. Tal inquietude está presente tanto nos continentes Asiático e Europeu, como na América do Sul.

Sendo assim, no que diz respeito ao processo de profissionalização dos treinadores de futebol no Brasil, várias críticas podem ser pontuadas por quem não está dentro do processo, no entanto é imprescindível que tais apontamentos ajudem estes profissionais a melhorarem o esporte e toda a lógica estrutural e organizacional envolvida na contemporaneidade. Além disso, fica evidente que, mesmo aos poucos,

esta profissão esta conseguindo melhorar as condições de trabalho, como por exemplo, a necessidade dos clubes registrarem seus treinadores no Boletim da CBF para que estes tenham direito a seguro, entre outros benefícios trabalhistas.

No que diz respeito aos cursos da CBF, as licenças que a CBF Academy está realizando no país estão de acordo com a norma solicitada pela CONMEBOL, da mesma forma que se enquadra nos padrões mínimos exigidos pela UEFA e AFC. No entanto, quando se analisa a distribuição dos cursos e o valor cobrado por eles, se vê que não está consistente com o tamanho territorial do país e que o valor de salário que eles ganham pode não ser o suficiente para pagar uma licença. Logo, se faz necessário melhorar o projeto de expansão dos locais de realização dos cursos e licenças no Brasil, ao mesmo tempo em que se disseminam os conhecimentos das quais os técnicos possam ter e promover novas redes de contatos e fortalecer a classe no país. Além disso, permanecer em contato constante com a representante continental para que as licenças sejam validadas perante as outras confederações, favorecendo os profissionais brasileiros a trabalharem em outros continentes.

Com relação às possíveis parcerias no futuro, de acordo com a convenção da CONMEBOL, cada licença existe uma data de expiração, sendo necessária sua renovação por um membro da convenção ou alguém credenciado por este membro. A partir disso, é possível que as licenças sejam validadas por outras instituições, desde que estes sejam credenciados e pela CBF. A parceria poderia ser realizada com instituições que tem relação com o futebol, como a Universidade do Futebol, os Sindicatos, as Federações e as Universidades, para que seus cursos sejam avaliados pela comissão da CBF Academy, e para que cursos, encontros, meetings, palestras entre outros, sejam chancelados como forma de renovação das carteiras/licenças dos treinadores, fomentando estas instituições e podendo expandir os conteúdos e conceitos pelo Brasil¹².

Por fim, para que uma máquina funcione corretamente, é imprescindível que toda a engrenagem dela esteja operando de forma uniforme e harmoniosa, ou seja, dentro do ambiente da gestão do futebol, o ideal deve ser o mesmo. Não bastará que somente os técnicos e suas comissões estejam com licenças e cursos, mas será

¹² Anotações pessoais de palestra ministrada por Mauricio Pimenta Marques na Licença A - Full, no dia 07/06/17, na Granja Comary, Teresópolis/RJ.

necessário que todas as outras partes da gestão também o tenham. Também a ampliação e exigência dos cursos/licenças para outras áreas no futebol (presidentes, gestores, CEO, diretores, mídia, departamentos dos clubes e jogadores) ajudariam a prevenir e reduzir erros futuros, evitando que uma única pessoa seja responsabilizada por tudo.

Em suma, o conhecimento pode se dar de diversas formas, como por exemplo, o conhecimento empírico, porém este não é o único. Neste caso, o conhecimento acadêmico científico, se for concebido de forma estruturada, poderá auxiliar a área da gestão do esporte, especificamente na modalidade do futebol, sobretudo no que diz respeito ao treinador de futebol. Entretanto, esta configuração de cenário pode ser melhorada a partir do momento em que os envolvidos compreendam o papel dentro do processo, evitando negligenciar as formas individuais de conhecimento, ao passo que procuram entendê-las para possam juntar forças com as demais, gerando um número maior de conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFC. The Asian Football Confederation. **Coach Education Policy & Procedures**, Kuala Lumpur-Malaysia, Convention, AFC, 2010. Disponível em: <http://www.the-afc.com/sites/default/files/afc_ce_policy.pdf>. Acesso em: 22 Jul. 2017.

ALMEIDA, M. A. B. Discussão sobre as mudanças na legislação desportiva brasileira: caso do futebol e a Lei do Passe. **EFDepotes.com Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 12, Nº111, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd111/legislacao-desportiva-brasileira-caso-do-futebol-e-a-lei-do-passe.htm>> Acesso em: 04 out. 2017.

AOXY EXPERIÊNCIAS. **Cursos CBF**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.aoxy.com/item/cursos-cbf/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

AOXY EXPERIÊNCIAS. **Entenda um pouco mais sobre o Programa de Qualificação de Profissionais do Futebol**. São Paulo, 2017b. Disponível em: <<http://www.aoxy.com/cursosv2/noticias/entenda-um-pouco-mais-sobre-o-programa-de-qualificacao-de-profissionais-do-futebol/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ABTF. Associação Brasileira de Treinadores de Futebol. **Nossa História**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.abtf.org.br/historia.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BASTOS, F. C. Administração esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 20-21, p. 295-306, jan. 2003.

BENTO, J. O. **Desporto: discurso e substância**. Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física/ UNICAMP, Coleção CEAv Esporte, 2013 (300p.)

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II - buscando as evidências em fontes de informação. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2004.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Decreto-lei nº 3.199. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. III Conferência Nacional do Esporte. **Carta de Brasília**. Brasília: Ministério do Esporte, 2010. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/cartaBrasilia.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Portal Brasil. **Brasil terá primeiro curso online de gestão esportiva credenciado pela Fifa**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/esporte/2011/11/brasil-tera-primeiro-curso-online-de-gestao-esportiva-credenciado-pela-fifa>>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências**. 1976. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128406/lei-6354-76>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências**. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8650.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Treinadores de futebol não precisam ser diplomados em educação física**. 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunicação/noticias/Notícias/Treinadores-de-futebol-nao-precisam-ser-diplomados-em-educacao-fisica>. Acesso em: 10 out. 2017.

CÁRDENAS, A. R.; FEUERSCHÜTTE, S. G. A formação, relacionada à gestão, oferecida em cursos de graduação em educação física: um olhar qualitativo sobre currículos, disciplinas e ementas. **Pensar a Prática**, v. 17, n. 4, 2014.

CARVALHO, R. H. Impacto econômico de megaeventos: o caso da Copa do Mundo FIFA 2014. 2016.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (Brasil). COB dá início a curso de gestão esportiva, nesta quinta-feira (11), no Rio. 2009. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/noticia/cob-da-inicio-a-curso-de-gestao-esportiva-nesta-quinta-feira-11-no-rio>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Sobre a CBF Academy**. Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt/conteudo/?id=34>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Calendário**. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt/calendario/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **CBF registra todos os treinadores do Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2017d. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/cbf-registra-todos-os-treinadores-do-brasileiro#.WghGplWnHIU>>. Acesso em: 25 set. 2017.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. Diretoria de Registro e Transferência. **Raio-X do futebol: salário dos jogadores**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-salario-dos-jogadores#.WfoBWluPLIV>>. Acesso em: 14 set. 2017.

CBF. Confederação Brasileira de Futebol. **Sobre as Licenças**. Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/cbfacademy/pt/licencas/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CONMEBOL. **Convención de Licencia de Entrenadores**. Santiago de Chile-Chile, 2017, Disponível em:< <http://www.conmebol.com/es/convencion-de-licencia-de-entrenadores>>. Acesso em: 30 Ago. 2017.

DE BOSSCHER, V. et al. Explaining International Sporting Success: An International Comparison of Elite Sport Systems and Policies in Six Countries, **Sport Management Review**, v.12, n.3, p. 113-136, 2009.

DE BOSSCHER, V. et al. Developing a Method for Comparing the Elite Sport Systems and Policies of Nations: A Mixed Research Methods Approach. **Journal of Sport Management**, v. 24, n. 5, p. 567-600, Sep. 2010.

DENDASCK, C. V.; LOPES, G. F. Conceito de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento**. v. 3, n.1, p. 1-10 Maio 2016.

DUNNING, E. **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2014.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Education & Technical**. Zurich, 2017a. Disponível em: <<http://www.fifa.com/development/education-and-technical/index.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **FIFA STATUTES: Regulations Governing the Application of the Statutes**. Zurich, 2008. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/generic/01/09/75/14/fifa_statutes_072008_en.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FIFA. Fédération Internationale de Football Association. **Philosophy of grassroots football**. Zurich, 2017b. Disponível em: <<http://grassroots.fifa.com/en/for-kids/philosophy-of-grassroots-football.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FIGUERÔA, K. M.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M.. Rio 2016: possibilidades e desafios para o esporte brasileiro. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 41, p. 140-154, nov. 2013. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p140>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GALATTI, L. et al. Coaching in Brazil. Sport Coaching as a Profession in Brazil: an Analysis of the Coaching Literature in Brazil From 2000-2015. **International Coaching Journal**, v. 3, n. 3, 2016, p. 316-331.

IOB. Instituto Olímpico Brasileiro. **Formação profissional de alta qualidade**. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/cob/cultura-e-educacao/iob>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

JANETTI, P. F. **Modelos de gestão em esportes: apontamentos introdutórios a partir de revisão da literatura**. 2008. 47f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

JOHNSON, B.; ONWUEGBUZIE, A. Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. **Educational Researcher**, v. 33, p. 14-26, 2004.

LUIZ FELIPE SANTORO. **O fim do passe**. 2007. Disponível em: <<https://universidadedofutebol.com.br/o-fim-do-passe/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

MARCHI JUNIOR, W.; FERREIRA, A. L. P. Formação acadêmica e intervenção profissional nos Esportes: repensando a Educação Física: revisão. **Motriz**, v.15, n.1, p.162-72, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARQUES, R. F. R. et al. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. **Revista de Educação Física**, Maringá/UEM, v. 20, n. 4, p. 637-648, 4. trim. 2009.

MARTENS, R. **Successful Coaching**. 4th. ed. Champaign, IL - USA: Human Kinetics, 2012. (456p.)

MARTÍN FERNANDEZ. **CBF vai à Fifa para que licença de técnico brasileiro seja reconhecida na Uefa**. 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/blogs/bastidores-fc/post/cbf-vai-a-fifa-para-que-licenca-de-tecnico-brasileiro-seja-reconhecida-na-uefa.ghml>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. **Revista Movimento**. v.18, n.1, p. 39-67, 2012.

MATTOS, M. G.; ROSSETTO JR, A. J.; BLECHER, S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigo científico e projeto de ação**. São Paulo, Phorte, 2004.

MAZZEI, L. C.; AMAYA, K.; BASTOS, F. C. Programas Acadêmicos de Graduação em Gestão do Esporte no Brasil. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v.12, n. 1, p. 219–234, 2013.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão do Esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo. Ícone, 2012.

MAZZEI, L. C. **Judô de alto rendimento: fatores organizacionais que influenciam o sucesso esportivo internacional**. 2016. Tese (Doutorado em Biodinâmica do Movimento Humano) - Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MAZZEI, L. C. et al. High performance sport in Brazil: Structure and policies comparison with the international context. **Gestión y Política Pública**, México, Distrito Federal, v. 24, n. esp., p. 83-111, 2015.

MENDES, A.; CODATO, A. The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 563-593, maio/jun. 2015.

MESQUITA, I. et al. Nova Abordagem na Formação de Treinadores: O que mudou e Porquê? In: NASCIMENTO, J.; FARIAS, G. (eds.). **Construção da Identidade Profissional em Educação Física: da Formação à Intervenção**. Florianópolis: Coleção Movimento, 2012, p. 41-60.

MESQUITA, I. M. R. et al. Modelo de educação esportiva: da aprendizagem à aplicação. **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá, v. 25, n. 1, p. 1-14, Mar. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198330832014000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

MESQUITA, I. O Papel das Comunidades da prática na Formação da Identidade Profissional do Treinador de Desporto. In: NASCIMENTO, J.; RAMOS, V.; TAVARES, F. (eds.). **Jogos Desportivos: Formação e Investigação**. Florianópolis: UDESC, 2013, p. 295-318.

MONTAGNER, P. C.; SCAGLIA, A. J.; AMAYA, K. G. Desafios da formação em esporte para intervenção profissional no contexto da gestão: investigações iniciais. In: Orgs. NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O. (orgs.). **Construção da identidade profissional em educação física: da formação à intervenção**. 1ª ed, Editora da UDESC, Vol. 1, pp.605-631, 2012.

NOLASCO et al. Administração/ Gestão esportiva In: DaCosta, L. P. (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Brasil**. Rio de Janeiro, Confef, 2005. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.

PITTS, B. G. Sport management at the millennium: A defining moment. **Journal of Sport Management**, 15, 1-9.2001. Disponível em: <<http://www.american kinesiology.org/AcuCustom/Sitename/Documents/DocumentItem/468.pdf>>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

POTRAC, P.; JONES, R.; ARMOUR, K. It's all About Getting Respect': the Coaching Behaviors of an Expert English Soccer Coach. **Sport, Education & Society**, v. 2, n. 7, 2002, p. 183-202.

PUC-MINAS. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **PUC Minas e CBF assinam convênio**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/pucinforma/materia1.php?codigo=4130>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

REVISTA GALILEU. **Mapa compara o tamanho dos estados brasileiros à extensão de outros países**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Urbanidade/noticia/2016/04/mapa-compara-o-tamanho-dos-estados-brasileiros-extensao-de-outros-paises.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do Esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. esp. , 2011.

SITREFESP. Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do Estado de São Paulo. São Paulo, 2017. **História**. Disponível em: <<http://www.sitrefesp.com.br/historia.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TUBINO, M. J. G. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, M. J. G. & MOREIRA, S. B. **Metodologia Científica do Treinamento Desportivo**. 13ª ed. Rio de Janeiro, Shape, 2003.

UEFA. Union of European Football Associations. **Coaching Convention**. Nyon, 2015. Disponível em: <http://www.uefa.com/MultimediaFiles/Download/uefaorg/CoachingCoachedu/02/29/42/76/2294276_DOWNLOAD.pdf>. Acesso em: 21 Jul. 2017.

UNIVERSIDADE DO FUTEBOL. **Especial: a importância da formação do treinador de futebol – parte III**. Brasil, 2012. Disponível em:

<<https://universidadedofutebol.com.br/especial-a-importancia-da-formacao-do-treinador-de-futebol-parte-iii/>>. Acesso em: 08 set. 2017.

VIEIRA, T.P.; STUCCHI, S. Relações preliminares entre a gestão esportiva e o profissional de Educação Física. **Conexões**, Campinas, v.5, n. 2, p. 113-128, 2007.